



Eu, jornalista: o uso da primeira pessoa no discurso jornalístico contemporâneo¹

Adham Fillipe MARIN²

Daniela Pereira BOCHEMBUZO³

Universidade Sagrado Coração, Bauru-SP

Resumo

O jornalismo tem como berço uma revolução e seus fins são claramente políticos. Com o passar dos anos e a profissionalização do ofício, seu discurso ganhou marcas características do positivismo - distanciamento do objeto, olhar imparcial e objetividade -, desenvolvendo técnicas que colaborassem com a sedimentação desses pressupostos como condições essenciais à existência do bom jornalismo. Um dessas técnicas é a recusa ao uso da primeira pessoa verbal na composição do texto jornalístico, como forma de distanciar o jornalista-autor do fato que objetiva noticiar e impingir-lhe a impressão de objetividade. O presente artigo visa apresentar os resultados parciais de um projeto de pesquisa que objetiva discutir a relação direta entre a proibição do uso da primeira pessoa como técnica jornalística e a objetividade, constantemente buscada no interior das redações.

Palavras-chave

Jornalismo Impresso; Objetividade; Técnicas; História do Jornalismo.

1. INTRODUÇÃO

Expandindo-se a partir da Revolução Francesa (1789), o jornalismo nasce sob a égide da filosofia iluminista e, em partes, atrelado à simbologia de liberdade promovida pela queda da aristocracia absolutista. Os próprios estudiosos da história do jornalismo atribuem ao seu nascimento grande parte da evolução social proveniente da modernidade e veem na atividade jornalística os maiores exemplos dos ideais humanistas que marcaram a transição para a Idade Moderna. Edwin Emery, professor de

¹Trabalho apresentado no Intercom Jr – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

²Aluno do 5º período de Jornalismo da Universidade Sagrado Coração, Bauru-SP. E-mail: adhamfelipe@hotmail.com

³Professor Orientador. Docente do curso de Jornalismo da Universidade Sagrado Coração, Bauru-SP. E-mail: daniela.bochembuzo@usc.br



jornalismo da Universidade do Tennessee, em seu livro *História da Imprensa nos Estados Unidos*, atribui ao nascimento do jornalismo à ampla divulgação do saber, agora não mais mediado pela Igreja e pelas Universidades, e, conseqüentemente, o enfraquecimento das aristocracias. “A publicação barata era um incentivo para o analfabeto aprender a ler e, lendo, a ter interesse pelo mundo que o cerca.” (EMERY, 1965, p. 17).

Ciro Marcondes Filho (2000), também atribui ao jornalismo parte das evoluções sociais da Idade Moderna.

Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado, sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas pro ar, até mesmo de profanar, no interesse da notícia. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 10).

Até chegar à conjectura atual, o exercício jornalístico passou por fases que Marcondes Filho (2000) divide em quatro. Dando especial atenção à linguagem jornalística, ou seja, às técnicas de redação empregadas na escrita dos textos jornalísticos, o autor afirma que o texto jornalístico surge com forte influência da política e da literatura, e somente passa a tecer as primeiras mudanças em meados do século XIX, com a profissionalização da profissão jornalística ante as exigências da Revolução Industrial para com as recém-nascidas empresas jornalísticas.

Até então, os jornais não se diferenciavam muito de colunas opinativas e divulgadoras de programas políticos partidários. Sem pretensão de explorar técnicas que pressupunham a objetividade, suas páginas serviam para fins pedagógicos e políticos e, a partir da organização de pequenos clubes de políticos, nasciam jornais em demasia, em que os jornalistas eram os próprios políticos, advogados e escritores.

Só a partir de meados de 1800, quando as redações jornalísticas passam gradativamente a se profissionalizar e sob influência da publicidade, a Imprensa começa a se organizar em grandes empresas capitalistas. O sonho romântico da primeira fase do jornalismo se transforma em uma grande esteira fordista de produção de notícias em larga escala.

Com a profissionalização do ofício de jornalista, evoluíram também as técnicas que, segundo Bahia (2009, p. 97), se tratam de convenções de estilo criadas pela ordenação de critérios básicos, a fim de evitar abusos e vícios de imprecisão que comprometam irremediavelmente a compreensão da mensagem. Entre elas encontram-



se: o uso de terceira pessoa no texto jornalístico, como estratégia para distanciar o jornalista do objeto reportado, impingindo-lhe a ideia de isenção; hierarquização das informações, de maneira a indicar a singularidade do fato em meio ao contexto abordado; e o uso de declarações textuais, a fim de separar opinião e fato, e de descrições, para reforçar o papel de reportar a realidade.

Mas ainda que desprovidas de seu caráter heroico, de portador inquestionável da verdade, as técnicas jornalísticas só levaram a reafirmar o pensamento errôneo de que o texto jornalístico não possui um autor, mito embora se saiba que é impossível a total imparcialidade, já que o texto tem por trás um jornalista, cujas visões de mundo, ideologias, preconceitos levam a escolhas semânticas que inconscientemente influenciam na composição do texto.

Parte dessa discrepância entre o senso-comum, a prática e o conhecimento produzido no interior das universidades acerca da teoria e da técnica jornalística é prejudicial à construção da democracia, uma vez que o leitor depende do veículo jornalístico para se informar e tem sedimentado no seu imaginário que a informação trazida por esse meio é isenta de impressões pessoais do autor do texto.

E mesmo com todo o conhecimento academicamente produzido e a cediça necessidade de se alinhar esse conhecimento com a prática profissional, a evolução das técnicas jornalísticas, na pós-modernidade, tornou-se uma cartilha que indica ações textuais passíveis de proibição dentro das redações, em vez de atender à sua função original de serem um parâmetro para garantir a inteligibilidade e fácil compreensão do texto, como postula Bahia (2009) sobre função da utilização de técnicas. Entre essas ‘proibições’ encontra-se o uso da primeira pessoa na escrita de textos jornalísticos, que é desencorajado como técnica no mercado de trabalho, para que se promova a imparcialidade.

Mesmo que ainda desestimulada, a redação em primeira pessoa muitas vezes é utilizada sem comprometer irremediavelmente a compreensão do texto.

O uso de primeira pessoa não é incomum [...] mesmo em matérias jornalísticas, às vezes, incluem “vozes” estranhas, como no lead de uma matéria sobre um tigre siberiano do New York Times: “Viril, astuto e com um apetite infundável para carne vermelha, Kuzya, um tigre siberiano de 23 meses, poderia ser considerado a mascote perfeita para o presidente Vladimir Putin. Michael O’Reilly, de Manila, escreveu-me sobre o assunto”. (SULLIVAN, 2015, online).



E é usada há muito tempo como mostra o trecho do jornalista Antônio Callado, para o *Correio da Manhã*, consagrado jornal brasileiro.

Em algum trabalho meu de ficção, não teria tido coragem de inventar alguns fatos que colecionei e agora reporto: de puro medo de me chamarem de melodramático. No engenho da Galileia entrevistei um rapazola que acabava de ser expulso de sua “quadra” de terra no Engenho da Divina Graça, porque, longe das vistas do feitor e seu rifle, tinha chupado uma cana enquanto trabalhava no eito. (CALLADO, 1960, online)

A partir desse contexto, inferimos a necessidade de se refletir mais sobre a finalidade e a utilização das técnicas, a fim de que haja um compasso entre o seu ensino na Universidade e a prática no cotidiano da profissão.

A inferência principal envolve o uso da primeira pessoa, algo constantemente desencorajado como forma de se promover a objetividade do texto jornalístico, que, para Barros Filho e Bartolozzi (1995), não tem necessidade de ser objetivo, já que a ideia de objetividade surgiu em um determinado momento histórico. Desse modo, podemos compreender que o jornalismo não está necessariamente atrelado à ideia de objetividade, a não ser por uma institucionalização socialmente construída.

Grande parte dos estudiosos considera que o ideal de objetividade jornalística ascendo junto com o positivismo, que teria sido responsável pela disseminação entre fato e opinião. Por opinião, havia a necessidade de entender como uma manifestação intelectual subjetiva e sujeita a distorções ideológicas. Já por fato, o acontecimento em si, e sua narração um reflexo do que aconteceu: objetiva, isenta e imparcial.

Mas, Barros Filho e Bartolozzi (1995), em seu livro *Ética na Comunicação*, ponderam que o conceito de objetividade surgiu antes mesmo do positivismo, em uma tendência de alguns jornais se sentirem obrigados a se diferenciar do jornalismo dito sensacionalista. Assim, entendemos por objetividade um discurso que busca promover a impressão de fundamentação na verdade.

Dessa forma, a objetividade, ou a inexistência de juízo de valor frente à narração dos acontecimentos, passou a ser entendida como condição *sine qua non* para a existência do bom jornalismo, e os jornais viram-se obrigados a oferecer ao público demonstrações de que eram objetivos.

Nesse sentido, esse trabalho visa desmembrar a relação direta entre a proibição do uso da primeira pessoa verbal e a isenção de juízo de valor objetivado no interior das redações.



Para tanto, nortearíamos esse trabalho de pesquisa pela seguinte questão: O desencorajamento do uso da primeira pessoa como técnica redacional ampara-se no critério de objetividade?

Da qual derivam as seguintes hipóteses:

- a) O uso da primeira pessoa pode comprometer a objetividade do texto, dando um viés literário e opinativo ao texto jornalístico;
- b) O uso da primeira pessoa não compromete a objetividade do texto jornalístico, já que não intencionalmente o autor sempre deixará marcas pessoais nas escolhas semânticas;
- c) O uso da primeira pessoa é desencorajado porque muda o foco principal do texto do acontecimento para a impressão do mediador;
- d) O uso da primeira pessoa é resultado do contexto atual em que o jornalista está imerso, calcado no individualismo e na personificação das mensagens.

A reflexão sobre tais hipóteses acontecerá por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica, com objetivo de se obter uma consonância entre teoria e prática jornalística.

1. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Realizar um estudo acerca do uso da primeira pessoa como técnica discursiva no jornalismo impresso.

2.2. ESPECÍFICOS

1. Identificar se o uso da primeira pessoa compromete a objetividade do texto jornalístico.
2. Pesquisar se no contexto das redações o uso da primeira pessoa influencia nas escolhas semânticas por parte do jornalista.
3. Analisar se o uso da terceira pessoa ainda é uma técnica útil de objetividade textual.

2. JUSTIFICATIVA



Para Genro Filho (2012), se a teoria na prática é outra, então há algo de errado com a teoria. Partindo dessa premissa, podemos considerar a importância acadêmica e social da reflexão acerca do jornalismo.

Desde 2009, com a desobrigação da necessidade do diploma universitário para o exercício do jornalismo no Brasil, a sociedade, a esfera profissional e a academia protagonizam uma discussão com posicionamentos muito extremos sobre a necessidade ou não do diploma. De fato, se avaliarmos o fazer jornalístico apenas como a apreensão de uma técnica ensinada à revelia, sem considerar as reflexões teóricas que constroem essa técnica, o diploma não serviria de nada. Por outro lado, a reprodução de teorias formatadas, sem profunda reflexão sobre suas mudanças, inutilizaria os estudos em jornalismo. Nesse contexto, se faz extremamente necessária a pesquisa em jornalismo, para que se construa uma teoria que tenha aplicação prática e para que a sociedade tenha conhecimento atualizado do produto que ela consome como fonte primária de informação.

Para Freire (*apud* Genro Filho), o mero “balé de conceitos”, ou seja, a formulação de teorias sem aplicação prática, distrai a vida acadêmica e a afasta da realidade. Daí, pode-se compreender a extrema necessidade de se construir uma teoria do jornalismo com aplicação real no dia a dia da profissão e acabar com o imaginário de teóricos encastelados em universidades e distantes do dia a dia das profissões que se põem a estudar.

O fechamento de redações e a migração expressiva de público para os meios digitais também justificam a necessidade de se pesquisar o texto jornalístico, uma vez que na sociedade pós-moderna a notícia se torna produto; deve-se entender seus anseios em relação ao jornalismo e se as técnicas formuladas há décadas permanecem agradando ao seu consumidor.

Bahia (2009) entende que as técnicas são convenções de estilo formuladas para evitar imprecisões textuais, mas o autor afirma que não devem ser “camisas de força”, anulando a autonomia e a criatividade do jornalista; nesse sentido, faz-se necessário o estudo do uso das técnicas por parte dos jornalistas e se estas realmente exercem a função de “camisas de força” ou cartilhas técnicas que tolheriam as potencialidades do texto jornalístico.

Por fim, um interesse pessoal também justifica essa pesquisa: após o curso da disciplina de jornalismo impresso para revista, percebi uma forma mais livre de compor



o texto jornalístico, em que se permite um diálogo maior entre o meio e leitor. A partir dessa experiência, surgiu em mim o incômodo de saber por que o jornal impresso ainda mantém características tão conservadoras em relação aos outros meios, que permitem um diálogo mais evidente entre jornalista e público.

3. METODOLOGIA

Com o intuito de criar um arcabouço teórico sobre o tema, inicialmente foi realizada uma exploração bibliográfica, principalmente no que tange à evolução das técnicas jornalísticas ao longo das fases pelas quais o jornalismo passou, e os principais motivadoras das mudanças textuais, perpassando pelos autores supracitados e outros que estão surgindo ao longo da pesquisa.

Após essa etapa, uma pesquisa etnográfica será realizada, com objetivo de cruzar as informações obtidas na pesquisa bibliográfica com as nuances do trabalho jornalístico no interior da redação de jornal impresso.

Como postula Gil (2010), em pesquisas etnográficas, a seleção da amostra não precisa condizer com uma representação proporcional do universo pesquisado e deve ser definida pelo pesquisador conforme se fizer necessária para a solução do problema. Nesse sentido, a amostra disporá de informantes-chave (GIL, 2010), pessoas que disponham de notável conhecimento acerca da cultura do grupo. Para essa identificação, utilizarei uma entrevista semiestruturada entre os jornalistas do Jornal da Cidade de Bauru, escolhido pela facilidade de acesso do pesquisador a esse veículo, que levará em consideração a experiência profissional no âmbito do jornalismo impresso e necessariamente a formação específica em jornalismo.

Posteriormente à seleção da amostragem a ser estudada, a pesquisa envolverá o uso de observação não participante, coleta de dados e notas etnográficas sobre o fenômeno estudado e entrevistas informais, com objetivo de identificar padrões de comportamento entre os membros do grupo.

4. REFERÊNCIAS

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**: as técnicas do jornalismo. volume 2. 5.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.



BARROS FILHO, Clóvis; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação: Da informação ao receptor.** São Paulo, Moderna: 1995.

EMERY, Edwin. **A História da Imprensa nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Lidaador, 1965.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Por uma teoria marxista no jornalismo.**

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOODE, Willian Josiah. HATT, Paul K. **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Nacional, 1979.

LAGE. Nilson. **Ideologia e técnica da Notícia.** Volume 5. Florianópolis: Insular, 4ª ed., 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas.** O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri: Manole, 2004

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo.** A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

SULLIVAN, Margareth. **O delicado limite entre notícia e opinião.** Observatório de Imprensa, 2015. Disponível em: www.observatoriodeimprensa.com.br/news/view/_ed833_o_delicado_limite_entre_noticia_e_opinioao. Acesso em: 04/03/2015, às 15h24.